

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº , de 2005
(do Deputado Humberto Michiles)

Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o desmatamento na Amazônia.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica instituída Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o desmatamento na Amazônia.

Art. 2º A comissão será constituída por vinte e cinco membros e igual número de suplentes, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável até a metade, para a conclusão de seus trabalhos.

Art. 3º Os recursos administrativos e o assessoramento necessários ao funcionamento da comissão serão providos pelo Departamento de Comissões e pela Consultoria Legislativa, respectivamente.

Art. 4º As despesas decorrentes do funcionamento da comissão de que trata esta resolução correrão à conta de recursos do orçamento da Câmara dos Deputados.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos meses, a Amazônia vem chamando a atenção pública nacional e internacional de forma recorrente e, infelizmente, trágica, na



879A351728

concepção de todos aqueles que se preocupam com o futuro do Planeta e, em especial, de sua última grande floresta tropical remanescente.

Em primeiro lugar, o assassinato da Irmã Dorothy Stang, em fevereiro deste ano, expôs ao mundo as chagas da luta pela terra na Amazônia e, também, pelas riquezas nela contidas. Em decorrência desse crime, deflagrou-se, no mês seguinte, a Operação Pacificação, objetivando a caça aos madeireiros ilegais nos Estados do Pará e Rondônia, com a apreensão de mais de 100 mil m³ de madeira até o mês de abril, o que foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação nacionais.

Em meados de maio, mais uma vez o desmatamento na Amazônia esteve no foco das atenções, com a divulgação da segunda maior taxa anual de área desmatada, no período 2003/04, chegando a 26,1 mil km² de florestas. Embora a previsão do Ministério do Meio Ambiente fosse de aumento de, no máximo, 2% do desmatamento na Amazônia, na prática ocorreu um acréscimo de 6% em relação ao resultado do período anterior.

Com isso, a repercussão na mídia internacional foi enorme: o jornal espanhol *El País* escreveu que a maciça destruição da selva brasileira põe em dúvida a capacidade do governo Lula para preservar o maior pulmão ambiental do mundo; o americano *The New York Times* disse que a Amazônia parece imune à lei, especialmente em um país em que não há polícia suficiente para fazer valer as regras; já o inglês *The Independent* foi mais fundo, ao estampar em manchete o que chamou de “o estupro da floresta”.

Mal refeito do impacto dessa repercussão mundial, o País assistiu, assombrado, logo no início de junho, à divulgação dos casos de corrupção no Ibama e na FEMA/MT, no âmbito da chamada Operação Curupira, a maior já realizada pelo Ibama e Polícia Federal na Amazônia Legal. Ainda em meados do mês, notícia veiculada pela revista *Veja*, intitulada “O PT deu a senha para desmatar”, apontou uma série de irregularidades no Plano Safra Legal 2004, concernente à autorização de desmate em cerca de 1.600 lotes de 3 ha, entre as cidades de Pacajás e Placas, no Estado do Pará.



A questão do desmatamento na Amazônia, portanto, continua na pauta nacional, e assim ainda permanecerá por bastante tempo, até que se consiga trazer à tona as reais causas do aumento dos índices de desmate e as formas de combatê-lo. Chega-se ao extremo de se pensar numa moratória ao desmatamento, conforme proposta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e do Partido Verde – PV. Mas como garantir a sobrevivência dos amazônidas com o congelamento da extração de madeira, numa região umbilicalmente dependente dessa atividade?

Assim, com a criação desta CPI, pretende-se promover um profundo debate sobre o desmatamento na Amazônia, buscando meios de garantir o desenvolvimento sustentável das populações locais e, simultaneamente, preservar a maior fonte mundial de água doce, o maior maciço florestal de absorção e retenção de gás carbônico para a minimização do efeito estufa e a maior biodiversidade do Planeta, onde estão concentrados 30% da fauna e da flora do mundo. E nós, brasileiros, somos responsáveis pela manutenção dessa riqueza.

Temos um governo comprometido com a preservação ambiental; nossa Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, é o símbolo vivo da luta pela Amazônia. Como legítimos representantes do povo brasileiro, cabe a nós, Deputados, debater assunto de tão relevante monta e oferecer soluções. Apoiar esta CPI, portanto, é prestar um grande serviço à Nação e à Humanidade. É o momento de realizarmos uma profunda investigação, da qual, certamente, resultarão instrumentos de suporte para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado HUMBERTO MICHILES
(PL/AM)



879A351728

ArquivoTempV.doc



879A351728